



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

REQUERIMENTO N° , DE 2015
(Do Sr. Mandetta e Srª Rosinha da Adefal)

Requer o envio de Requerimentos de Informação da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência aos Ministérios da Previdência Social; da Saúde; e do Trabalho e Emprego.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 115, inciso I, c/c o art. 24, inciso V, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, seja aprovado por esta Comissão o envio de Requerimentos de Informação aos srs. Ministros da Previdência Social; da Saúde; e do Trabalho e Emprego, versando sobre iniciativas destes Ministérios visando à elevação de pessoas acometidas de fibromialgia à condição de Pessoas com Deficiência.

JUSTIFICAÇÃO

Em audiência pública realizada por esta Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em 9 de novembro de 2016, em conjunto com as Comissões de Seguridade Social e Família e de Trabalho, de Administração e Serviço Público, e conforme reportado pela Associação Brasileira de Fibromiálgicos – ABRAFIBRO, ficaram claras as dificuldades específicas dos acometidos de fibromialgia para encaminhamento de suas demandas, particularmente pela dificuldade de diagnóstico.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Durante os debates, foi indicada como uma importante iniciativa a elevação das pessoas acometidas de fibromialgia à condição de Pessoas com Deficiência, tendo em vista a eliminação de um conjunto de dificuldades hoje enfrentadas pelos fibromiálgicos, uma vez que já há uma legislação específica, além de procedimentos bem estabelecidos junto ao poder público, que facilitam o atendimento das demandas das Pessoas com Deficiência, inclusive na reinserção no mercado de trabalho.

Também há indicações de que tal iniciativa já poderia estar sendo discutida no Poder Executivo, motivo pelo qual sugeriu-se o envio de Requerimentos de Informação para obter dos órgãos ministeriais confirmação e dados, se for o caso, sobre decisões e projetos porventura endossados por aquele Poder. As informações são importantes para evitar-se esforços repetitivos na solução de um mesmo problema, e para dar à Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com deficiência as informações de que precisa para acompanhar adequadamente a execução das ações ou, se for o caso, promover a devida produção normativa.

Sala das Sessões, 28 de novembro de 2016

Deputado Mandeta (DEM/MS)

Deputada Rosinha da Adefal (PTdoB/AL)



CÂMARA DOS DEPUTADOS